

A Resolução estabelece procedimentos e normas para a aquisição e alienação de bens, bem como para a contratação de obras, serviços e seleção de pessoal. Ela orienta também sobre repasse, utilização e prestação de contas com emprego de recursos públicos oriundos da cobrança de recursos hídricos, no âmbito das entidades equiparas à Agência de Bacia Hidrográfica do Estado de Minas Gerais.

